
PRÁXISCOMUNAL

volume 2 | número 1 | Janeiro - Dezembro 2019

PARA UMA CRÍTICA AO PÓS-MODERNO: O SOCIAL NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO CRÍTICA – PRIMEIRAS REFLEXÕES

TOWARDS A CRITIQUE OF THE POSTMODERN: THE SOCIAL IN THE HEALTH SCIENCES AND THE ROLE OF CRITICAL EDUCATION – FIRST REFLECTIONS

Leonardo Carnut



PARA UMA CRÍTICA AO PÓS-MODERNO: O SOCIAL NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO CRÍTICA – PRIMEIRAS REFLEXÕES

TOWARDS A CRITIQUE OF THE POSTMODERN: THE SOCIAL IN THE HEALTH SCIENCES AND THE ROLE OF CRITICAL EDUCATION – FIRST REFLECTIONS

Leonardo Carnut

RESUMO: Os cursos da área da saúde, quando apresentam alguma inclinação ao ‘social’, majoritariamente se restringem ao marco pós-moderno. Assim, o objetivo deste ensaio é refletir, ainda que inicialmente, sobre a narrativa pós-moderna do social nas ciências da saúde e o papel da educação crítica em repensar a adoção desta narrativa. Ele está dividido em três seções. A primeira expõe uma brevíssima reflexão sobre qual pós-modernidade estamos falando. A segunda foca nas influências do uso pós-moderno de algumas categorias e conceitos na área da saúde, tais como humanização, identidade, família-comunidade e corpo. A terceira analisa a proposta da educação crítica e sua relação com a saúde. Ensaíamos a exposição dos fundamentos do pensamento sobre o que é crítico, tendo nas pedagogias críticas e na educação política crítica a base para repensar o pós-moderno em saúde. Por fim, considera-se que esse primeiro exercício é uma forma de descortinar como o pensamento social em saúde corrobora com a ideologia da classe dominante de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Educação; Crítica; Saúde, Marxismo.

ABSTRACT: Health courses, when they have some social bias, are mostly restricted to the postmodern framework. Thus, the aim of this essay is to reflect, even initially, on the post-modern narrative of the social in the health sciences and the role of critical education in rethinking adoption of this narrative. It is divided into three sections. The first one exposes a very brief reflection on which postmodernity we are talking about. The second one focuses on the subsidies of postmodern use of some categories and concepts in the health area such as: humanization, identity, family-community and body. The third brings up critical education and its relationship with health in an attempt to expose the foundations of thinking about what is critical and having in critical pedagogies and critical political education the basis for rethinking the postmodernity in health. Finally, it is considered that this first exercise is a way of revealing how social thinking in health corroborates the ideology of the class domination of its time.

KEYWORDS: Sociology; Education; Criticism; Health, Marxism.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Os cursos da área da saúde¹, quando apresentam alguma inclinação ao ‘social’, majoritariamente se restringem ao marco pós-moderno (SCHWARTZ, 2002), reafirmando os valores identitários, familiares e comunitários e refutando sistematicamente a centralidade do trabalho nas discussões que, forçosamente, levariam à crítica do modo de se produzir ‘saúde’, esta última de forma totalizante.

Essa constatação não parte apenas da vivência dos estudantes em suas passagens pela universidade ou pelo trabalho docente em cursos nessa grande área, mas também (e principalmente) pela construção do social em saúde a partir do que se consolidou como sociologia da saúde (NUNES, 2014), sendo o subsídio teórico que reformatou a crítica à saúde e à biomedicina.

Mesmo no Brasil, com uma trajetória bastante singular a esse respeito², a crítica à biomedicina nasceu híbrida (OLIVEIRA, 1987), inicialmente fortemente ancorada na prática da luta político-social na ditadura e na construção de um novo sistema de saúde (Sistema Único de Saúde), que teve em seu berço o marxismo como forma de conceber e interpretar o social.

No entanto, este encontro rapidamente deu uma guinada ao pós-moderno muito influenciado pelo pensamento social que se conformou ao largo das críticas das experiências socialistas reais; críticas que a teoria social contemporânea via como perturbadoras de sua legitimidade enquanto ciência³. Foi nesta tendência que o pensamento pós-moderno também foi se ‘avolumando’ nas ciências da saúde ao passo que tudo que nele hoje se compreende como social é abordado de acordo com essa matriz.

Assim, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a narrativa pós-moderna do social⁴ nas ciências da saúde e o papel da educação crítica em repensar adoção desta narrativa.

1 Quando me refiro aos cursos de saúde, delimito minha análise aos 15 (quinze) cursos de graduação da Grande Área saúde. Logo são eles: biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, saúde coletiva, terapia ocupacional (com exceção ao serviço social).

2 A crítica ao saber biomédico é singular porque gerou o campo da Saúde Coletiva, que, em tese, rompe com a medicina e o poder médico na construção do conhecimento em saúde. Na América Latina, por exemplo, à crítica ao saber biomédico ainda está restrita à medicina com criação da área da Medicina Social. No Brasil, a crítica à biomedicina também é considerada híbrida, pois não foi feita apenas na academia, mas principalmente no ‘calor’ da luta política contra a ditadura, juntamente com os movimentos sociais em busca da construção do que hoje é o Sistema Único de Saúde (SUS).

3 As críticas das experiências socialistas reais foram um peso muito grande para que a teoria marxiana mantivesse seus adeptos. Mesmo considerando que, o que aconteceu na União Soviética stalinista se afastou bastante de um Estado de transição conforme aponta Pachukanis (2017), a teoria social contemporânea *lato sensu*, em uma tentativa de se reinventar, tendeu a “agenciificação” do social ou, no máximo, às teorias de ‘médio alcance’ (GIDDENS, TURNER, 1999). Este movimento abriu espaço para uma rápida adesão dos cientistas sociais às narrativas individualizantes. Claro que é importante atentar que nem toda “teoria social contemporânea” está preocupada com sua legitimidade enquanto ciência; algumas expressões teóricas contemporâneas se aproximam mais da filosofia, eventualmente reivindicando algum tipo de analítica social, mas nem sempre reivindicam o estatuto de ciências.

4 Entende-se aqui por ‘narrativa’ a articulação entre a construção ideológica e a organização do discurso próprio da construção de uma perspectiva social. Conforme Vieira (2001) *apud* Adam (1984), “entende-se que a narrativa, além de uma dimensão cronológico-sequencial que ordena os elementos um após outro, comporta e necessita uma dimensão figuracional, na forma de uma macroestrutura semântica, na qual é a “figura” que ordena os elementos um ao lado do outro. Desta forma, a narrativa vai ter uma superestrutura textual composta de macroproposições de orientação, complicação, ação ou avaliação, resolução, conclusão ou moral, dentro das quais se agrupam as proposições, estas as menores unidades da narrativa” (p. 602).

Ele está dividido em três seções. Uma primeira que expõe uma brevíssima reflexão sobre qual pós-modernidade estamos falando. Uma segunda que foca nos subsídios do uso pós-moderno de algumas categorias/conceitos na área da saúde tais quais: humanização, identidade, família-comunidade e corpo. Uma terceira que traz à baila a educação crítica e sua relação com a saúde na tentativa de expor os fundamentos do pensamento sobre o que é crítico e tendo nas pedagogias críticas e na educação política crítica a base para repensar o pós-moderno em saúde.

UMA BREVISSIMA REFLEXÃO: QUAIS PÓS-MODERNIDADE(S) ESTAMOS FALANDO?

A ideia sobre o que é o ‘pós-moderno’ é difusa e seria uma grande imprecisão analítica tomarmos todos seus enfoques sem um rigor conceitual que delimite bem suas diferenças. Isto porque um argumento frequentemente levantado pelos adeptos da perspectiva pós-moderna se assenta na alegação de uma incompreensão, por parte dos marxistas, sobre o que é o “pós-moderno”, como se todos os marxistas tratassem seus enfoques como se fossem um corpo teórico único ou, ainda, como se eles desacreditassem⁵ o papel do indivíduo, da agência e, portanto das subjetividades.

Assim, para iniciar o debate com vistas a esclarecer as delimitações pós-modernas, Vandenberghe (2014) nos ajuda quando descreve as diferenças, ainda que sutis, entre as narrativas internas da pós-modernidade. Para o autor supracitado, a cena acadêmica rendeu-se ao ‘pós-moderno’ como paradigma após o ímpeto revolucionário desvanecer no ‘pós anos 1980’. Em face às desistências do projeto da modernidade (mais especificamente às instituições ditas ‘modernas’, tais quais: a família, a ciência, o trabalho, etc.) houve uma proliferação de perspectivas que tomavam por “pós” tudo aquilo que negava ou, ainda, criticava essas instituições, colocando-as em xeque no que tange as suas formas e configurações.

Portanto, três grandes vertentes podem ser encontradas no que se consolidou chamar ‘pós-modernidade’: o ‘pós-modernismo’, a ‘teoria social pós-moderna’ e a ‘neo-modernidade’. Em que pese suas semelhanças nominais, esses termos não seriam equivalentes, e, portanto, no argumento dos cientistas que se dedicam a essa perspectiva, tomá-los como sinônimo seria um equívoco.

Em termos sintéticos, o ‘pós-modernismo’ estaria relacionado à culminação do processo de diferenciação social e de autonomização das esferas de análise do social, no qual a esfera ‘estética’ é seu maior representante. Mesmo os pós-modernistas – sob sua autocrítica, reagindo à indicada autonomização da esfera cultural – reivindicavam o fato

⁵ Um exemplo sobre como os pós-modernos acusam a incompreensão dos marxistas no que se refere às suas teorias, ver Peixoto (2019).

de que não há separação entre as esferas da cultura e do econômico, baseados na premissa de que na sociedade mediatizada por produtos mercadorizados, há a criação de uma ‘cultura de massas’ antiaurática⁶, sendo esta um aspecto da cultura pós-moderna (CONNOR, 1989; HARVEY, 1989; LASH, 1990; JAMESON, 1991).

Contudo, no investimento em afastar-se do pensamento clássico como fundador da narrativa moderna, alguns pensadores insistiram no ‘pós-modernismo’ provocando o que se convencionou chamar de ‘estetização da política’ justificada pelas recorrentes crises da democracia⁷. Ora, Bensaïd (2008) aponta que isso é possível de ser confirmado empiricamente pela tendência à despolitização do presente, contudo esta tendência não deve ser ‘lida’ sob este enfoque. Por mais que a estetização do social aconteça – isto é, sua transformação e reivindicação como uma entidade única em cada lugar e com especificidades tamanhas –, não é possível dizer que o estético está ‘acima’ do social. Isto porque o aspecto central deste último é ser um modo de socializar-se e, portanto, de produzir-se.

Já a chamada ‘teoria social pós-moderna’ aponta para outras características. Esta foca na crítica às assunções (e presunções) racionalistas preconizadas pelas modernas filosofia e teoria social (especialmente seus clássicos). As teorias sociais de Marx, Durkheim, Weber e Habermas, reconhecidos pelos teóricos sociais pós-modernos como ‘arqueomodernistas’, mereceriam ser desconstruídas por fundamentar seu conhecimento em um pretensão universalismo, de caráter totalizador e, sobretudo racional-falocentrista (VANDENBERGHE, 2014). Essa vertente crítica à representacionalidade do conhecimento e à crença moderna de que a teoria espelha a realidade combina desconstrutivismo e hermenêutica, a partir do postulado de que todas as representações cognitivas sobre o mundo são mediadas histórica e linguisticamente. (HABERMAS, 1985; DEWS, 1987; BEST; KELLNER, 1991).

No entanto, mesmo que a crítica às teses iluministas e do despotismo da razão instrumental tenham validade, ela se encontra associada, quase organicamente, à desconstrução de várias características do social, inclusive da ‘historicidade dos fenômenos’. Este problema é sem dúvida crucial, pois sua insistência leva a uma “corrida” ao imediato, ao efêmero, ao descartável. A história deixa de deter a ‘centralidade’ do tempo para ser

6 Dizer que a cultura pós-moderna é ‘anti-aurática’ é reconhecer que tais formas estéticas não proclamam que são únicas, mas são mecânica e eletronicamente reproduzidas. O antiaurático é, portanto, uma negação da separação entre o estético e o social e do ponto de vista segundo o qual a arte pertenceria a uma ordem diferente que a da vida que não inclusa no social (FILIPPIM, HÖFFMANN, 2019).

7 Para compreender como a insistência no pós-modernismo acabou provocando a “estetização da política”. Bensaïd (2008) esclarece que: “A estetização da política constitui uma resposta recorrente às crises da democracia. Os entusiasmos pelo local e pelas proximidades, a busca das origens, o acúmulo ornamental e o simulacro da autenticidade revelam, de fato, a angústia contemporânea diante da incerteza da ação política. [...] [Já o] moralismo bem pensante esforça-se, assim para recuperar rapidamente o que uma política desmoralizada deixa escapar. Essa secreção intensa de suores éticos é característica dos períodos de medo e impotência, em que a ação busca suas justificativas ora aquém ora além da política. Contra essas efusões, Freud observou sobriamente que uma mudança de atitude dos homens em relação à propriedade seria mais eficaz do que qualquer preceito ético, que nada mais tem a nos oferecer além da satisfação narcisista de podermos nos considerar melhor do que os outros.” (p. 25-26).

‘mediadora’ das relações sociais. Contudo, o tempo não deixa de existir por sua desarticulação com o espaço, pelo contrário, acelera as relações sociais conformando uma nova cadência às mudanças. Estas mudanças, não estão restritas a um só lugar ou a um só grupo, mas atingem quase todos em esfera mundial (tendência à universalidade e a transcender as identidades) delineando uma ‘nova ordem’, cujo enfrentamento não prescinde das grandes narrativas (BENSAÏD, 2008).

Por fim, os neomodernos consideram que a sociedade em que vivemos (sociedade pós-moderna, sociedade pós-industrial ou sociedade pós-fordista) tem no papel da (re) apresentação do conceito de sociedade civil sua distância do ‘moderno’. Para estes pensadores a autorregulação da esfera pública é essencial porque esta visão estaria conectada ao avanço das democracias no mundo sendo responsável pela mediação entre as esferas privada, Estado e mercado (COHEN; ARATO, 1992). Neste caso, a noção de ‘modernidade tardia’ seria usada como um significativo sintético de uma teoria sociológica do global atual, que objetiva integrar aspectos das teorias clássicas, anti, pós e neomoderna em um novo quadro analítico. Oferece-se então um esquema geral de diretrizes teóricas para a análise do duplo processo de ‘globalização’ e ‘individualização’.

Contudo, como expõe Bensaïd (2008, p. 57), “se ‘o mundo se estreita à medida que cresce’, ele também se fragmenta à medida em que se ‘globaliza’”. A mundialização via imperialismo é uma forma de dominação de desenvolvimento intencionalmente desigual. A difusão/consumo tecnológico que uniformiza mercados e acentua a individualização dos interesses está acorrentada à pecha neocolonial, ou seja, às novas formas de dominação que subsumem as fronteiras para escoar produtos para quem é ‘dependente’ mas as fecha para quem deseja disfrutar o simulacro da força imperialista. Esta sociedade civil, forjada nas redes sociais ou em um suposto ‘terceiro setor’ apresentam-se mais funcionais à democracia burguesa do que nunca. Os sujeitos consomem rapidamente informações irrefletidas que raramente se expõem ao contraditório e em grande medida desqualificam a opinião pública⁸. A sociedade civil “onguizada” (FONTES, 2019) faz negócios lucrativos com setores considerados ‘improdutivos’ com o discurso envernizado da defesa dos ‘interesses públicos’.

Mas, mesmo assim, os neomodernos da ‘modernidade tardia’ dizem examinar criticamente, em minúcia, os clássicos da sociologia para edificar teorias pós-marxistas. Neste sentido, seu prefixo “tardia” é intencionalmente usado como um tipo de tributo à análise neomarxista do “capitalismo tardio” (ADORNO, 1972). Segundo os adeptos do conceito de ‘modernidade tardia’, sua abordagem *não* configuraria uma sociologia pós-mo-

⁸ A título de compreensão para além do senso comum, o fiel ou o garante da opinião pública deve ser a ciência até onde ela é exercida em prol dos interesses dos trabalhadores. Os meios de comunicação, fóruns, assembleias populares podem, em alguma medida ajudar a disseminar a perspectiva contra-hegemonica de um saber popular que ajude a enriquecer a ciência e, em certa feita não massificar e padronizar a opinião pública reduzindo-a ao óbvio.

derna, pois abandona quaisquer atrações da teoria social pós-moderna para trabalhar em ‘seu contrário’, ou seja, na direção de um sociológico cotejamento do pós-modernismo e da pós-modernidade divorciando-se da postura foucaultiana quanto ao radical descontínuo e sem minimizar a força contínua do capitalismo.

No entanto, fazer um ‘cotejo’ não significa dizer, necessariamente, uma construção ao revés. Como aponta Bensaïd (2008, p. 81):

as noções de modernidade e de pós-modernidade não constituem duas sequências cronológicas, mas duas tendências contraditórias inerentes à lógica do valor que se valoriza: centralização e fragmentação, cristalização e dissolução, deslocamento e territorialização, economia durável e dilapidação efêmera, unidade e dispersão, universalidade e singularidade, razão e desrazão. Elas parecem obter vantagem alternadamente em função das variações de conjuntura. A pós-modernidade triunfa nos momentos de doença e de depressão, quando soa a hora do ecletismo e da resignação. Ela acompanha, hoje, sua musiquinha de câmara da contrarreforma liberal, a desregulamentação mercantil e a acumulação flexível. Tendência histórica ou fenômeno transitório? (BENSAÏD, 2008, p. 81).

Parece prudente pensar que, mais do que nunca, se trata de uma tendência histórica (CAMPOS, 1988; BARISSON, 2017). O apelo à narrativa pós-moderna e suas vertentes (mesmo aquelas que não se reconhecem como pós-modernas) parece buscar sempre em outras categorias que não aquelas que enunciam o conflito capital-trabalho à potência compreensiva dos fenômenos sociais contemporâneos. Nesse sentido, quando examinamos a saúde enquanto fenômeno social, a área da saúde que mais investe neste tipo de análise é a Saúde Coletiva. Nesta área, tem-se recorrido com muita frequência ao pensamento sociológico corrente (pós-moderno) para (re)interpretar seus fenômenos, especialmente no que tange à interação e a produção do corpo são ou doente. Mesmo considerando suas especificidades, a saúde embebeu-se desta sociologia e nos cabe, agora, verificar em quais análises o pós-moderno revive e se reproduz no conhecimento elaborado no âmbito desta seara científica.

SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA: HUMANIZAÇÃO, IDENTIDADE, FAMÍLIA-COMUNIDADE E CORPO

Em saúde existem diversos estudos, especialmente na área da Humanização em Saúde, que desconectam a prática social da saúde do ‘todo’ social, entendido este último como o ‘modo de produção’. Seja por suas opções epistemológicas ancoradas na filosofia deleuzo-guatarriana (MERHY, 2007) ou pela ‘intensa intersubjetivação’ do encontro assistencial tido como locus do processo de trabalho e analisado por uma episteme hermenêutico-

-fenomenológica (COUTO et al 2017, SCHRAIBER, 2008, AYRES, 2007), a produção do ‘social’ pela saúde tem reiterado exacerbadamente a agência dos sujeitos no processo de interação.

Deste movimento analítico tem derivado propostas de ações concretas que apontam politicamente para posições ‘quase-liberais’ sobre a prática médico-sanitária que, em certos momentos, ajustam-se ideologicamente como muita facilidade ao ‘individualismo metodológico’. Em termos práticos, recorre-se aos estudos de antropologia contemporânea, que, por exemplo, mapeiam o ‘itinerário terapêutico’ dos usuários na busca pelos serviços. Em que pese a relevante tarefa deste mapeamento, em termos do “quê fazer?” para enfrentar o desmonte do direito à saúde, as soluções tem se restringido ao indivíduo e a sua capacidade de procura adequada pelo serviço correto. Ora, isto, em certa medida, deposita toda sorte de problemas da estrutura social no sujeito e parece ter implicações no processo educativo em saúde, pois reduz o problema – quando não bem refletido – à mera ‘falta de informação’. Isto se assemelha, em última instância, à retórica ‘econômica neoclássica’ e seus pressupostos, dentre eles a ‘assimetria de informação’ como fundamento de uma suposta ‘falha de mercado’⁹. Essa assimetria na relação clínica, de fato, existe! Contudo, a questão crucial reside na pouca problematização para além desta micro interação entre agentes de saúde e usuários.

Outro aspecto importante que tem alcançado cada vez mais relevo nas discussões sobre a saúde são as assim chamadas discussões em torno dos marcadores de gênero, raça, etnia e sexualidade¹⁰. Elas têm conquistado uma incorporação maciça nos estudos na área da Saúde, inclusive em sua interface com a Educação. Mesmo reconhecendo a importância capital da introdução destas pautas na área, esta incorporação (como era de se esperar) tem prescindido do debate de ‘classe social’, desconectando as ‘identidades’ do ‘trabalho’ e, por conseguinte, contribuindo para dificultar a construção da ‘consciência de classe’ entre os trabalhadores da saúde.

Ainda outro aspecto relevante é o apelo à retórica ‘da família e das comunidades’ representando, em última instância, expressões conservadoras que retiram a categoria ‘trabalho’ da centralidade do debate. Em saúde, como bem descrito por Guimarães (2017), a nomenclatura ‘Saúde da Família’ ou Medicina de ‘Família e Comunidade’ tem como intuito destituir a díade ‘família e a comunidade’ do conjunto de determinações da qual ela

9 A relação entre a assimetria de informações e a economia neoclássica advém da teoria dos contratos. Esta teoria é descrita como o estudo de decisões em transações em que uma parte tem mais ou melhor informação do que a outra parte. A assimetria de informação cria um desequilíbrio de poder nas transações, o que às vezes pode fazer com que as transações deem errado ou um tipo de ‘falha de mercado’ no pior dos casos. Esta teoria tem uma visão bastante ‘calculista’ do comportamento individual e considera que todos os agentes tomam decisões ‘racionais’ e, portanto, tendem a maximizar os ganhos na transação.

10 Quem chama essas discussões de “pautas identitárias”? Claramente, são os marxistas ou aqueles mais interessados em enfatizar os marcadores sociais de classe, ou mesmo em introduzir no debate o eixo de contradição capital-trabalho. No entanto, as pessoas que fazem estes debates não os denominam como “pautas identitárias”, isto é, trata-se de uma categoria crítica a certas abordagens, acusadas de tomar o gênero, raça, etnia, etc, na sua dimensão identitária (como a reivindicação de uma identidade fixa). Seria mais interessante, a fim de manter um debate amigável sem perder de vista a crítica, encontrar um termo neutro ou que contemple também aqueles que fazem estes debates.

é expressão. Não à toa, esse termo foi incorporado no vocabulário do Banco Mundial sem muitas restrições. Neste sentido, mesmo que haja uma tendência do ‘trabalho em saúde’¹¹ em ampliar-se, ele apresenta como limite a postura ‘quase psicoterapêutica’¹² do profissional. Assim, não é de se estranhar que a perspectiva sistêmica da abordagem biopsicossocial e a perspectiva fenomenológica da abordagem centrada na pessoa tenham ganhado tanta penetrabilidade nas práticas de atenção à saúde nas unidades básicas. Se dermos um passo atrás na “linha” histórica, este mecanismo sutil de ‘desconsiderar’ a relação capital-trabalho ao olhar o ‘social’ no setor da saúde já estava descrito em Ferrara (1993), quando ele critica o conceito ampliado de saúde, cunhado pela OMS em 1945 e consagrado na medicina social. O autor relata o seguinte, no que se refere ao conceito mencionado:

Se puede expresar esto y por cierto corresponder a una visión idealista, romántica y simple de la medicina, aquella que sigue señalando por ejemplo: ‘la esencia del paciente’... la ‘esencia del proceso económico-social’... o en fin desarrollando una teoría antropológica del proceso salud-enfermedad o una simple acumulación yuxtapuesta de aspectos biológicos, sociales y psicológicos que no son el aporte certero para resolver la categoría de las ciencias de la medicina (FERRARA, 2014, p. 12).

Quando se trata da discussão sobre o corpo, é sabido que etimologicamente o vocábulo *corpo* deriva da expressão *corpus* ou *corporis*. Essa derivação garante ao vocábulo a primeira ideia que o representa: o sólido, o tangível, o sensível, o que é “banhado de luz” e, portanto, é visível (isto é, a forma). Instituído de forma e solidez, o corpo (como ente físico) é dotado de extensão, impenetrabilidade e massa. No entanto, quando se aponta as derivações da palavra *corpo*, para além do corpo físico, diversos outros corpos emergem na história das ideias filosóficas. É neste sentido que o corpo vai ganhando diversas interpretações biofilosóficas, em especial aquelas que transcendem as dicotomias clássicas entre experiência e linguagem, sujeito e objeto, corpo e mente (FOUCAULT, 1989; CASELAS, 2009).

A ideia central, nesta perspectiva, é a de que o mundo em que vivemos e nos subjetivamos é uma totalidade não desprovida de sentido, embora nem sempre estes sentidos assumam a forma reflexiva que os transforma em significados objetivados. É por isso que, no âmbito da saúde, a perspectiva foucaultiana tem sido amplamente usada como a interpretação pós-moderna mais bem ‘acabada’ oferecendo uma reflexão sobre o corpo e sua relação orgânica com a sociabilidade, a qual, em última instância, define a compreensão e a constituição do corpo em solidariedade com a reprodução da lógica social vigente. Assim, as categorias foucaultianas essenciais para pensar o corpo como “biopoder”, “bio-

11 Para esclarecimento breve sobre o ‘trabalho em saúde’, ver Merhy e Franco (2019).

12 No sentido de que o foco das ações se restringiria a trabalhar as questões psíquicas (através de consultas com especialistas na área de saúde mental) e através da ‘reinserção social’ (através do trabalho, especialmente com a assistência social). Ora, em que pese à importância destes profissionais no trabalho em saúde, isto não significa dizer que se faça uma crítica ao modo de produção, no qual o modo de produzir saúde (e doença) está inserido (FERRARA, 2014).

política” e “anátomopolítica” tomaram a centralidade no debate a respeito do lugar que o(s) corpo(s) ocupa(m) na reprodução da vida social capitalista, enfatizando sua origem ontológica ao invés do trabalho enquanto espaço constitutivo do corpo (FOUCAULT, 1989; MAIA, OSÓRIO, 2004; RABINOW, ROSE, 2006; COSTA, BOZZ, 2011; FONSECA, 2013).

Nesta seara, a história e a definição de corpo e sua relação com o poder, em diferentes abordagens filosóficas, assim como a construção de uma imaginação sociológica sobre este corpo destitui a perspectiva crítica marxista, na medida em que o corpo (e, portanto, sua salubridade ou não) deixa de ser consequência do trabalho. Em virtude desta construção social do corpo, é possível questionar o quanto o paradigma da complexidade afastou do debate o ‘realismo crítico’ (BHASKAR, 2008), reforçando a compreensão do corpo sob uma narrativa da ‘história da filosofia da biologia’ (CHEDIAK, 2008; FORTES, 2014). Vários autores, especialmente filósofos associados em maior ou menor grau à perspectiva pós-moderna (Durozoi e Roussel, Dagognet, Andrieu, Portocarrero, Le Breton, Bourdieu e Helman) (COTRIM, 2006), têm sido protagônicos nessa abordagem e frequentemente utilizados na saúde.

Quando se tem como foco o principal filósofo utilizado neste tipo de análise (Michel Foucault) e suas categorias, questiona-se esse lugar ontológico em que o capital apresenta o significado do corpo no capitalismo em todos seus períodos (KLIP, RUIZ, 2009). Mesmo sendo o corpo, no capitalismo, considerado como uma máquina que pode ser analisada peça a peça, e a doença vista como um mau funcionamento dos mecanismos dos corpos biológicos, que são estudados do ponto de vista da anátomo-fisiologia e da biologia celular e molecular, o(s) corpo(s) são, em maior grau, mais uma consequência do modo de produzir do que uma reinvenção singular dos sujeitos¹³.

Mesmo considerando esse processo reinventivo, o que frequentemente os pesquisadores vêm desconsiderando é a sua ligação umbilical com a reprodução do modo de produção, destituindo deste corpo o poder que ele tem de assentar com mais intensidade as suas diversas formas de controle. Nesta esteira, o controle dos corpos torna-se condição para a sociedade disciplinar – “anatomia do detalhe” (FOUCAULT, 1989). O corpo transforma-se no substrato real do controle social e sua docilização foi essencial à entrada na sociedade biopolítica cujas ideias de autorregulação do corpo com a intervenção do Estado passaram a ser, inclusive, desejosas. O controle dos corpos como estratégia passa a fazer parte integrante da organização da corporeidade individual num determinado ponto fulcral da história moderna. Contudo, na atualidade, as formas de controle mudaram. Não

13 Para os foucaultianos, a ênfase na análise do corpo recai no poder em que os indivíduos podem exercer ao usá-lo de forma a reinventar-se na sociabilidade capitalista (mesmo que se aproveitando de seus avanços tecnológicos). Assim, a transgredir as fronteiras do biológico, demonstrando que sua produção corpórea é tão mais sócio-cultural do que biologicamente determinada, esta narrativa representa uma grande matriz. Ora, não se trata de negá-la, mas de reconhecer que a ênfase desmedida nessa ‘chave’ desprotagoniza a perspectiva em que o corpo é muito mais o efeito do modo de produção do que do poder o indivíduo em transmutá-lo. Esta insistência escamoteia o debate totalizante sobre o corpo no modo de produção capitalista.

há mais necessidade do controle externo visto que os valores sociais capitalistas (como o individualismo e a competitividade) colonizaram os sujeitos. Assim, o controle que outrora era mais externo, hoje é predominantemente internalizado, tornando-se um autocontrole dos corpos produtores e autoespoliados

A EDUCAÇÃO CRÍTICA E A SAÚDE: EXPOSIÇÃO DOS FUNDAMENTOS

Em face do avanço das perspectivas pós-modernas e seus discursos de sedução ao imediatismo, a crítica é sempre bem-vinda e deve compreender assim, a crítica a quaisquer formas de conceber o conhecimento que se alie (mesmo que não intencionalmente) à naturalização das relações sociais e de alguma forma sociabilidade, tal qual o capitalismo é. Assim, as pedagogias críticas têm muito a ajudar, especialmente ao pautarem a experiência educativa como um fenômeno intrínseco à sociabilidade capitalista. Sua crítica é, portanto, essencial ao processo de educar-se para uma mudança social e política.

As pedagogias críticas são um conjunto diverso de teorias pedagógicas que tem em comum a crítica ao modo de produção capitalista e ao seu sistema educacional formal. Sua gênese epistemológica pode ser remetida à crítica que Marx realizou ao programa político do Partido Socialdemocrata Alemão quando estes apostavam na ‘subvenção estatal’ para a organização da Educação Pública no livro *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Desde então, as pedagogias críticas se edificaram enquanto teorias que, através de diferentes objetos, demonstram a inviabilidade de uma prática pedagógica emancipadora quando esta não parte eminentemente dos trabalhadores em situações concretas de ação-reflexão-ação sobre a expropriação que vivem. Há diversos autores que compõem estas pedagogias, e por certo, toda e qualquer forma de classificação minimizaria sua amplitude. Por isso, opto por tratá-las no plural.

Mesmo assim, devemos estar atentos ao processo de captura que as pedagogias críticas vêm sofrendo na sociabilidade capitalista contemporânea. Esta tende a ressignificar o conteúdo do termo ‘crítico’ e a reutilizá-lo para manutenção da ordem social vigente. Um dos caminhos em que este debate adentrou na saúde é aquele identificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de todos os cursos de graduação. É sugerido, nestes documentos, que o perfil dos egressos deve ser “crítico”. Contudo, é da alçada de cada instituição de ensino delimitar o que considera “crítico”. As DCNs valem-se do pressuposto de que esta palavra seria, por si só, autoexplicativa, não definindo-a com clareza.

O resultado desta indefinição é o seguinte: mesmo considerando a criticidade como algo desejado no perfil dos egressos dos cursos de saúde, na prática, a crítica tem se reduzido à crítica quanto ao que deveria ser o melhor procedimento para o paciente. Em resumo, trata-se de uma crítica que demanda deste último uma “indicação” do que

considera ser as melhores condições de conforto ou satisfação no ato de consumir os serviços de saúde. Alinha-se, assim, o sentido de ‘crítica’ à lógica liberal. Isto aponta ao que Michael Apple nos alerta desde 2002 sobre a captura das pedagogias críticas quando elas são objeto de uma institucionalização. Conforme ele mesmo aponta:

grande parte da literatura sobre ‘pedagogias críticas’ tem sido política e teoricamente importante e nos ajudou a avançar em várias frentes. Com muita frequência, no entanto, ela não tem sido suficientemente associada aos modos pelos quais o atual movimento em direção ao que pode ser chamado de ‘modernização conservadora’ alterou o senso comum e transformou as condições materiais e ideológicas que cercam o ensino. Assim sendo, essa literatura às vezes se torna uma expressão da retórica do ‘romantismo das possibilidades’, na qual a linguagem da possibilidade substitui uma análise consistente do que realmente é o equilíbrio de forças e o que é necessário para mudá-lo (APPLE, 2002, p. 108).

Assim, consideramos que a verdadeira educação não-institucionalizada ainda é o caminho para uma crítica contumaz e assertiva da realidade. Logo, pensamos que a educação política crítica aliada ao pensamento mais transgressor (marxiano) (LESSA, TONET, 2011) pode ser a base para interpelar as teses pós-modernas com vistas a demonstrar suas fragilidades.

Quando se pensa na educação política, como toda categoria, é mister reconhecer que ela é plural e diversa e encontra-se operacionalizada de diversas formas. Por ter como objetivo ‘forjar politicamente’ um sujeito, tal projeto pode ter como intencionalidade qualquer viés ideológico, inclusive, como reportado por Marx e Engels (2007), aquele próprio dos interesses da burguesia. Por isso que, em rápida passagem de O Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels advertem:

a burguesia vive em guerra perpétua; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, reclamar seu concurso e arrastá-lo assim para o movimento político, **de modo que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria** [grifo nosso] (MARX e ENGELS, 2007, p. 48).

Em termos práticos¹⁴, podemos dividir a educação política em duas grandes perspectivas: a ‘política na formação’ e a ‘formação política’. A ‘política na formação’ está relacionada com a inserção dos conteúdos sobre política (em sentido lato) nos conteúdos essenciais dos cursos de graduação. Essa aposta da educação política tem na educação

¹⁴ Aqui, “práticos” se refere a ideia de práxis. A educação política não é apenas o ato de refletir sobre ‘o político’ enquanto teoria, mas também praticá-la, educando companheiros de luta.

formal seu lócus de ação concreta. Na atividade universitária, o espaço deste tipo de educação política cada vez mais tem se restringido às atividades de extensão universitária ou extraclasse, limitando-se a raros momentos de estudos dirigidos ou às atividades de menor prestígio acadêmico. Já a ‘formação política’ é o ato educativo de formação de quadros de liderança entre os alunos, trabalhadores e outros segmentos para organização dos assuntos de interesse de sua categoria.

Não raro, os membros de determinado segmento social que recebem ‘formação política’ assumem grêmios, diretórios acadêmicos (MOURA, 2010), entidades profissionais e representações de outras ordens dentro no mundo universitário e fora dele, alcançando posições de destaque, arregimentando a luta e, conseqüentemente, direcionando decisões. Tradicionalmente este tipo de formação detém conteúdos a respeito da conjuntura política nacional e internacional, debates sobre os fundamentos do capitalismo e sobre o papel da luta e da assistência estudantil no mundo universitário (CRUZ, 1994). Mesmo que o autor deste texto reconheça a relevância desta proposta, este tipo de formação corre em paralelo ou à margem dos conteúdos essenciais dos cursos de graduação. Porém, é esse tipo de educação política que consideramos mais adequada na condução de uma educação crítica ao pós-moderno. É ela que pode contribuir para a construção de uma crítica à realidade no processo educativo, além de proporcionar um importante ponto de unificação com a luta em outras áreas profissionais e estudantis.

BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este caminho de reflexão é, certamente, uma primeira aproximação ao problema. Mesmo assim, podemos considerar algumas assertivas sobre este feito. A narrativa pós-moderna nas ciências da saúde hegemonizou o debate sobre o social e parece que, por mais que haja uma intenção em não se restringir a ela, os autores que se dedicam ao referido estudo insistem em compreender a saúde por esta perspectiva.

Em certa medida, é esperado que esta hegemonização ocorra. Como as ciências sociais, em especial a sociologia, encontra-se nesse caminho de pós-modernização, parece ser ‘atualizado’ aquele pesquisador que elege a narrativa pós-moderna para compreender os objetos de suas investigações.

Não obstante, é necessário discutir sobre como superar esta forma de hegemonia na produção de conhecimento e no debate teórico sobre o “social” nas áreas da saúde. O papel da educação crítica é essencial neste caminho. Repensar a adoção da narrativa pós-moderna em saúde perpassa, necessariamente por engajar-se com a educação crítica. Ao refletirmos sobre como seus conceitos e categorias mais utilizados estão servindo à narrativa pós-moderna é que este exercício passa a ser crítico, indicando como o pensamento social em saúde corrobora com a ideologia da classe dominante de seu tempo.

Neste sentido, mais do que apontar conclusões este ensaio visa provocar o sentimento de desconfiança sobre a ‘teoria’. Não há processo de construção de conhecimento que seja neutro, por mais que algumas retóricas afirmem o contrário. As ciências da saúde como área do saber não estão alijadas destas intencionalidades inerentes à produção de conhecimento. Por isso, a crítica a seus paradigmas dominantes configura mais do que um investimento intelectual, um procedimento fundamental de libertação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?* In: ADORNO, Theodor W. *Gesam- melte Schriften* 8.I. Frankfurt: Suhrkamp, 1972. p. 354-370.

APPLE, Michael. “Pode as pedagogias críticas sustar as políticas de direita?”. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 107-142, 2002.

AYRES, José Ricardo. “Uma concepção hermenêutica de saúde”. In: *Physis (UERJ. Impresso)*, v. 17, p. 43-62, 2007.

BARISON, Thiago. *Teoria marxista e análise concreta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *Postmodern theory: critical interrogations*. New York: Guildford Press. 1991.

BHASKAR, Roy. *A realistic theory of science*. Routledge: Canada, 2008.

CAMPOS, Benedicto de. *Introdução à filosofia marxista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

CASELAS, José. “Figuras contemporâneas do biopoder”. In: *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, v. 1, n. 2, p. 81-92, 2009.

CHEDIAK, Karla. *Filosofia da Biologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

CONNOR, Steven. *Postmodern culture: an introduction to theories of the contemporary*. Oxford: Blackwell, 1989.

COSTA. Deyvisson Pereira da; BOZZ, Augusto Flamaryon Cecchin. “Corpo e discurso: a

noção de biopoder em Michel Foucault”. In: *Revista Panorama Interdisciplinar*, v. 12, p. 78-88, 2011.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia: História e Grandes Temas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

COUTO, Márcia Thereza. et al. “Rendering visible heterosexually active men in Brazil: A national study on sexual behaviour, masculinities and HIV risk”. In: *Current Sociology*, v. 17, p. 001139211773536, 2017.

CRUZ, Natalia dos Reis. “A modernidade e a pós-modernidade como gênese do fascismo: o caso dos velhos e novos integralistas brasileiros”. In: *Outros Tempos*, v. 13, n. 22, p. 26-48, 2016.

DEWS, Peter. *Logics of disintegration: post-structuralist thought and the claims of critical theory*. London: Verso, 1987.

FERRARA, Floreal Antonio. *Colección Laboradores de la Salud Popular*. Cuadernillo 3. Rosario, Santa Fe, Argentina: Asociación de los Trabajadores del Estado; 2014.

FILIPPIM, Marcos Luis; HOFFMANN, Valmir Emil. “*Turismo no espaço rural: uma nova fronteira para o simulacro*”. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt9-turismo-no-espaco-rural.pdf>. Acesso em 16 agosto de 2019.

FONSECA, João Paulo Ayub da. “Normalização e biopoder na obra de Michel Foucault”. In: *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre*. Disponível em: http://www.theoria.com.br/edicao11/normalizacao_e_biopoder_na_obra_de_michel_foucault.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2013.

FONTES, Virgínia. “Sociedade civil”. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>. Acesso em 16 de agosto 2019

FORTES, Caroline Coelho. O pós-modernismo, Lyotard e a história: a condição pós-moderna e uma tentativa de aproximação ao fazer historiográfico. In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, MG, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Der philosophische diskurs der moderne: zwölf vorlesungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

- HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1991.
- KILP, Clara Raquel; RUIZ, Castor Bartolomé Mari Martin. “O Biopoder e Governamentalidade: A condução da vida dos outros”. In: *X Salão de Iniciação Científica – PUCRS*, 2009.
- LASH, Scott. *Sociology of postmodernism*. London: Routledge, 1990.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MAIA, Miguel Angelo Barbosa; OSÓRIO, Cláudia. “Trabalho em saúde em tempos de biopoder”. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 56, n. 1, p. 71-81, 2004.
- MERHY, Emerson Elias. *Saúde. A cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. *Trabalho em Saúde*. Acesso em 6 out, 2019. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trasau.html>
- NUNES, Everardo Duarte. “A construção teórica na sociologia da saúde: uma reflexão sobre a sua trajetória”. In: *Ciênc. saúde coletiva*, v. 19, n. 4, p.1007-1018, 2014.
- OLIVEIRA, Jaime de. “Reformas e Reformismo: ‘Democracia Progressiva’ e Políticas sociais (ou ‘Para uma teoria política da Reforma Sanitária’)”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 4, n. 3, p. 360-387, 1987.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEIXOTO, Madalena Guasco. Pós-modernismo e a atualidade da teoria Marxista. Princípios. Acesso em 6 out, 2019. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/150/teoria/3190/posmodernismo-e-a-atualidade-da-teoria-marxista-.html>
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. “O conceito de biopoder hoje”. In: *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, p. 27-57, 2006.
- SCHRAIBER, Lilia Blima. *O médico e suas interações: a crise dos vínculos de confiança*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SCHWARTZ, Germano André Doederlein. “A saúde na pós-modernidade”. In: *Revista de Direito Sanitário*, v. 3, n. 1, p. 29-37, 2002.
- VANDENBERGHE, Frédéric. “Globalização e individualização na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude”. In: *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, p. 292-343, 2014.

VIEIRA, André Guirland. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 599-608, 2001.

VILELA, Eugênia. “Do biopoder: ensaio sobre a relação entre a política e a vida no pensamento de Michel Foucault”. In: *REU*, v. 37, n. 2, p. 11-39, 2011.

PRÁXISCOMUNAL

Práxis Comunal
v2.n.1 JAN-DEZ. 2019
Periodicidade: Anual

seer.ufmg.br/index.php/praxiscomunal
praxiscomunal@fafich.ufmg.br

CARNUT, Leonardo. Para uma crítica ao pós-moderno: o social nas ciências da saúde e o papel da educação crítica - primeiras reflexões.

Data de submissão: 16/08/2019 | Data de aprovação: 15/11/2019

A Práxis Comunal é uma revista eletrônica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como citar este artigo:

CARNUT, Leonardo. Para uma crítica ao pós-moderno: o social nas ciências da saúde e o papel da educação crítica - primeiras reflexões. In: **Práxis Comunal**. Belo Horizonte: Vol. 2, N. 1, 2019, pp. 151-167.